

# Carlos Oliveira\*

Quero saudar a todos; às professoras, sejam bem-vindas, você, Geisa, que já está aqui conosco, e a professora Miracy que veio de Minas; companheiro Gil - camarada Gil - aos estudantes, velhos e novos camaradas que estão aqui presentes.

Eu fiquei aqui refletindo quais os questionamentos que apresentaria aqui a ser debatidos. Mas, eles são tantos e nós já vamos tão adiantados que eu fiz alguns questionamentos a mim mesmo do que eu deveria dizer aqui. E, nessa sala, a minha

memória não teve muita dificuldade. A primeira vez que estive aqui numa mesa, era um Congresso de Direito Econômico e estava aparecendo na faculdade, pela primeira vez, o professor cassado Marcelo Duarte, que estava retornando. Naquele dia, nós recebemos notícia do assassinato do companheiro Hélio Hilariano, lá em Senhor do Bonfim. O ano anterior, o companheiro Eugênio Lyra tinha sido assassinado. Ora, hoje, toda essa manifestação do MST por esse Brasil tão cheio de terra e com terra tão concentrada e com a chacina, uma violência tão grande que se repete a todo tempo com os filhos do povo, em todos os lugares que vão.

No dia em que se festeja os 20 anos da AATR, eu deveria realmente me ater a esse debate, onde as questões já foram tão bem aprofundadas, ou eu deveria me imbuir do sentimento que nos levou a criar a AATR e dizer alguma coisa aqui sobre isso? Eu fiquei numa dúvida muito grande. Mas, quando vi a emoção de Paulinho aqui, trêmulo, ao falar dos 20 anos

da AATR, na certa o filme da vida da gente e dessa entidade, que vocês foram tão generosos em falar sobre ela, não permite entrar nas indagações das questões jurídicas. Nesse patamar, algumas coisas me ficaram muito claras e a gente não pode deixar de registrar, para não dizer que não deu nenhum tratamento ao tema.

Uma delas é a seguinte: a universidade, de um modo geral, e as de direito em especial, for-

mam quadros para estarem a serviço do que a gente costumava chamar de classe dominante. A AATR surgiu nesse espaço, e não foi sozinha. A AATR nasceu em cima de uma polêmica, de

discussão política séria, nasceu dos assassinatos de nossos companheiros, como forma de buscar proteção na solidariedade uns dos outros, nasceu imbuída da intenção de exatamente atuar numa universidade depurada pelas casações, pelas expulsões, pelas matanças. Só aqui, nessa faculdade, 28 estudantes, só aqui nessa faculdade, foram assassinados pela ditadura. Essa faculdade depurada, onde o meu professor de direito constitucional dizia: “olhe, eu só vou ler a constituição, não vou dizer nada que a coisa está muito ruim.” Eu estudei aqui de 1973 a 1977. O meu professor dizia isso. A AATR surgiu para pensar uma forma de ter pessoas que viessem junto conosco, abraçar aquela tarefa tão grande daqueles conflitos que pipocavam em todos os cantos do Brasil, e que na Bahia era muito maior, e financiado com recurso público, com dinheiro da SUDENE, com dinheiro do BID, com o dinheiro que formou esse absurdo que é a dívida externa impagável (um recado ao companheiro Lula: nada de pagar a dívida externa. Eu ainda continuo sendo do velho, ain-

---

...a universidade...forma quadros para estarem a serviço da classe dominante...

---

da continuo sendo conservador. Nada de pagar isso, nós não devemos nada, isso não veio para o povo, isso foi o dinheiro que veio para financiar o que está aí).

Bem, a AATR, que nasceu em cima da polêmica, em cima da necessidade da auto-defesa, em cima do pensamento de atrair os jovens e os estudantes para um espaço onde eles pudessem discutir direito nessa perspectiva, foi pensada por nós. E também não discutisse só aqui, que a gente fosse discutir com os trabalhadores. E como nós fizemos isso! Eu me lembro, Paulinho, daquela história da causa da Ilha Grande de Xique-Xique, que o professor Washington falava de uma causa, a Ilha da Santa, aqui na faculdade, ensinando direitos reais, ele falava aqui e na referência que fizesse ao nosso trabalho era da “hidra moscovita que crescia na sombra das árvores”. Eu nunca me esqueci. Era um rábula que existia em Xique-Xique, que se referia ao nosso trabalho dessa forma. Infelizmente a hidra não cresceu do jeito que a gente queria.

Mas, foi necessário que a gente pensasse a instituição para além da auto-defesa, além de complementar o papel de pensar o direito de uma forma autônoma, livre, pensando no sonho, na utopia, inclusive do socialismo, que sempre baseou a todos. Tem um companheiro na mesa que o filho chama Frederico, e outro chama Carlos Marx. Isso não aconteceu à toa. A AATR veio se inserir nesse espaço, a AATR veio da conclusão de que a faculdade formava quadros para operar o direito (aqui, a propriedade da apreensão do vernáculo que Paulinho teve foi muito feliz). O tecnicismo é tão violento que até no direito que reage sempre a isso vem e se impõe a gente, e nós passamos a repetir esse absurdo. Passamos a repetir. Nós viramos mecânicos, nós

viramos operadores mecânicos de uma coisa que é uma ciência cultural, uma ciência da vida das pessoas, do comportamento. A dominação chega a esse ponto, a esse desvario.

Pois é. Nós pensamos a AATR a partir daí. E a AATR saiu, inclusive, de um racha político. Nós começamos em 76, tendo reunião em Rui Barbosa, a companheira Marta está ali me olhando, era onde ela morava; fizemos reunião em Propriá, fizemos reunião na Ilha de Itaparica. Finalmente, em 82, na primeira eleição, com algumas mudanças de regra, a AATR vinha e se fundava.



A AATR teve três períodos em sua vida.

Teve esse período de gestação, foi esse período que a gente se batia com auto-defesa, com a discussão do direito, com a troca de experiência, com a sensibilização de novos advogados e a discussão do direito numa perspectiva que nós chamávamos libertadora. Mas libertadora eu aprofundo: libertária também. Todos nós pensávamos dessa forma. Tínhamos também muito clara que isso só viria através do processo de organização da sociedade. E todos nós sonhávamos, como eu ainda sonho, com uma socie-

dade socialista. Isso é que levou à construção dessa entidade. O que nos levou também foi o sentimento de manter vivo os absurdos que acontecem, porque, assim como em Carajás ainda não se fez ainda a tal justiça, com aqueles caras, também os assassinos do companheiro Eugênio Lyra, assassinado estupidamente, também continuam impunes. Então, é na busca desse direito que nós estamos.

A outra coisa, é que é preciso se desmistificar uma coisa com muita clareza: nenhuma ação política, nenhum posicionamento político-ideológico, inclusive o não-posicionamento omissivo – para falar como jurista – ele deixa de ser um ato político. Então, não existe, também, a tal neutralidade ideológica, que alguns aqui, sim, até tentando entrar lá para a Grécia, classificam de sofista, deturpando o papel daqueles que vinham contestar a aristocracia grega. O sofista me parece que é uma expressão para aquele tempo e eu tento pensar nisso e acho que é uma expressão de preconceito, violenta contra o conhecimento externo que questionava as coisas tais como estavam estabelecidas. Nós terminamos repetindo essas coisas.

Então, a AATR nasceu disso, a AATR nasceu bem dentro da linha que criou a Central Única dos Trabalhadores, porque houve uma divisão nessa linha. Teve algumas pessoas fundamentais nesse processo. Na primeira parte, o pensador disso, uma das pessoas que mais trabalhou - junto com outros que ficaram noutra linha, como Altamir da CONTAG e alguns outros – mas o camarada Miguel, e eu o chamo assim, porque sei que ele gosta de ser chamado assim, e eu gostaria mesmo é de estar à altura de ser seu camarada, pela sua história, pela contribuição que ele tem dado ao movimento operário, à organização dos trabalhadores neste país. Miguel é uma referência de todos nós porque mantém a sua coerência, o seu posicionamento ideológico e o seu sonho com o

socialismo, com a utopia, com as coisas que a gente pensa. Então, o que eu pensei de dizer com isso?

Outra coisa é registrar que nessas três fases da AATR, os americanos nos ajudaram. Nos ajudaram porque, pelo fato de trabalhar como nós trabalhávamos e sermos tão bem monitorados pelos órgãos de repressão americanos que continuam hoje mais ainda do que nunca foram, eles impediram o companheiro Paulo Torres de entrar nos Estados Unidos para estudar sociologia. Ele saiu daqui, ainda foi para o Chile, para ver se conseguia ir por lá, não deixaram ele entrar de jeito nenhum para estudar sociologia. E aí voltou para cá, e aí assumiu, durante um período muito longo, de 10 a 15 anos, a construção da primeira fase da AATR, a gestação dos primeiros projetos.

E, no momento em que ele deixa o processo mais de vanguarda dentro da AATR mas vai para a universidade levar a sua mensagem e continua até hoje, continua no movimento da mesma forma que estava, o companheiro Gil vem nessa terceira fase e expande mais a AATR para o Provita, que é a grande surpresa, os limites do Estado, até com a repressão. A AATR entra na história para ajudar a dar proteção a testemunhas. Também se expande mais para os movimentos sociais. E o momento ganhou complexidade que se reverte em a AATR estar aqui hoje falando dos Juristas Leigos, que é um dos projetos que se levou a cabo, mas não apenas formalmente, com aquelas pessoas público alvo diretamente, mas também com os trabalhadores rurais que nós assistimos durante todo este tempo.

É verdade que algumas questões estão ainda a demandar de nossa parte uma atenção que eu sei que nós vamos chegar até lá, que é a questão da organização dos trabalhadores assalariados no campo, que é sempre um desafio muito

grande, até porque a flexibilização atingiu primeiro os trabalhadores rurais, com os contratos de safristas, com as limitações de modo geral. Eles e a construção civil foram os primeiros. Depois vem o pessoal de limpeza e o pessoal de vigilância, de asseio e vigilância.

Por último, nós estamos enfrentando agora uma fase, que nós não podíamos deixar de dizer aqui, e registrar, para os novos estudantes, os desafios que estão colocados. Não dá para se estar repetindo a visão positivista, mas nós temos que conhecê-la bem, até para poder combatê-la e buscar formas de superá-la. E a forma de superar o direito, ela vem por várias razões.

O pessoal da terra hoje não é quem está dando as cartas nesse país. Por isso mesmo, até, às vezes, o combate que se dá diante da exclusão e dos índices de desempregados que tem o campo se afigura até como uma forma de arrefecer a luta. Portanto, movimentos que, em alguns momentos, são atacados com a violência e negociata das terras que estão sendo negociadas por aí, terras, muitas vezes, públicas.

E, dentro desse sistema, nós estamos vivendo um momento muito importante e que, como a AATR sempre esteve na vanguarda das discussões, nós não podemos descuidar. É a questão da tal da flexibilização dos direitos, expressão do neo-liberalismo, uma expressão cunhada pelo neo-liberalismo na língua portuguesa para significar a retirada dos direitos dos trabalhadores, dentro daquela coerência do pensamento de que os sindicatos aumentaram muito as regalias dos trabalhadores, enfraqueceram as empresas, portanto, é preciso acabar os sindicatos, é preciso eliminar as greves e tudo mais. Dentro disso vem uma outra vertente. É que, mesmo com todo formalismo, a Justiça do Trabalho ainda oferece alguma guarita ao trabalhador. Então vamos tratar aqui de privatizar a

justiça. E isso vem através das tais comissões de conciliação prévia, que, se os sindicatos quiserem, os patrões criam junto com eles. Mas, se não quiserem, os patrões criam sozinhos, que eles não precisam mais dos trabalhadores para



nada. É uma das leis mais absurdas, para mim é inconstitucional. O tratamento é desigual e são novas violências, novos desafios que se colocam para nós, que defendemos uma visão diferenciada do direito e para aqueles que pensam também com a sociedade e com a utopia.

Um abraço a todos os companheiros pelo aniversário da AATR e que, daqui a mais 20 anos, mesmo que a gente não esteja, nós estejamos aqui festejando 20 anos mas noutra patamar de sociedade, com uma riqueza realmente democratizada e com o povo vivendo outras condi-

ções. Muitos de nós nem pensavam poder chegar até aqui, porque companheiros que começaram isso junto conosco não chegaram.

Nós tivemos um encontro de ameaçados em 1989. Desses ameaçados, dois terços já foram embora. Um deles era o padre Josimo, que era muito conhecido; um outro era o Chico Mendes, que já estava muito ameaçado naquele período e alguns menos conhecidos mas mais da intimidade da gente como o companheiro Adão, militante em Goiás, grande violero, que estava sempre presente na Bahia, nas missões. A companheira Marta, que conhece, deve estar lembrando dele ali. Vinha sempre com D. Tomás para aqui para a Bahia.

Então, o que eu queria, e eu acho que o que eu podia fazer, já no final das intervenções aqui colocadas, era levantar essas questões. Porque, dar um tratamento, dentro de uma linha crítica, às questões aqui colocadas, ou até uma abordagem de natureza didática também ia demandar

um tempo muito maior, e essas outras questões nos parecem igualmente fundamentais e importantes para a juventude que está aqui, para os velhos camaradas que chegam aqui e que estão dando o testemunho de que continuam firmes, estão no batente. Era isso e eu agradeço a todos vocês. Não falta elementos nem indagações. Mas eu acho que o que já tenho dito e foi colocado é suficiente e a intervenção que eu queria dar era resgatar esse momento e o porque de a AATR, porque a gente está aqui 20 anos depois, dizendo que temos ainda muita força para continuar com a AATR e tentar contribuir para todo movimento que venha buscar a libertação dos trabalhadores e a verdadeira justiça, com a riqueza distribuída para todo mundo e o socialismo. Muito Obrigado.

\*Carlos Oliveira é Advogado, Sócio-fundador da AATR.

